

## AFINAL, QUEM SÃO OS ALUNOS ENSINO SUPERIOR DO IFRJ- CDUC? - UMA BREVE ANÁLISE DO PERFIL DOS INGRESSANTES

Lucas Machado Tavares <sup>1</sup>  
Marcella Mayara Araújo da Luz <sup>2</sup>  
Gabriela Salomão Alves Pinho <sup>3</sup>  
Stephany Petronilho Heidelmann <sup>4</sup>  
Maria Celiana Pinheiro Lima <sup>5</sup>

### INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior no Brasil, não apresentam somente um papel de formar o cidadão para o mercado de trabalho, como também de construir mecanismos de desenvolvimento social, com o auxílio de políticas públicas que viabilizem o cidadão no seu processo de formação individual, onde poderá alcançar sua ascensão social. Para as universidades, não cabe apenas o papel de formar profissionais, elas devem proporcionar um desempenho em suas funções, desde a educação, desenvolvimento de pesquisas, desenvolvimento econômico e social para a formação cidadã.

Para que as instituições de ensino superior venham a desempenhar suas importantes funções na sociedade, torna-se necessário que ela compreenda o público que vem a ser alcançado por meio de suas políticas públicas sociais. Desta forma, permite construir estratégias para que esses ingressantes, possam ter êxito na sua formação acadêmica, e a instituição não se transforme em um local de exclusão.

Esta pesquisa tem como objetivo, analisar e levantar discussões a respeito do público que ingressa no curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - campus Duque de Caxias e como a importância de conhecer esse público, permite que a instituição desenvolva e implante estratégias para que esses alunos

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal do Rio de Janeiro - RJ, [lucas1812machado@gmail.com](mailto:lucas1812machado@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, [marcellamayara6@gmail.com](mailto:marcellamayara6@gmail.com);

<sup>3</sup> Co-orientadora: Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, [gabriela.pinho@ifrj.edu.br](mailto:gabriela.pinho@ifrj.edu.br);

<sup>4</sup> Co-orientadora: Doutora pelo Curso de Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ, [stephanypheidelmann@gmail.com](mailto:stephanypheidelmann@gmail.com);

<sup>5</sup> Orientadora: Doutora pelo Instituto de Macromoléculas, Profa. Eloisa Mano - UFRJ, [maria.pinheiro@ifrj.edu.br](mailto:maria.pinheiro@ifrj.edu.br).



ingressantes permaneçam, se desenvolvam durante toda a sua trajetória acadêmica, conseguindo êxito na sua formação e atuação no mercado de trabalho.

Com isso, o projeto de pesquisa a trajetória acadêmica do licenciando em Química do IFRJ, campus Duque de Caxias (Cduc): mapeando vivências e construindo estratégias de permanência, busca compreender o perfil socioeconômico dos estudantes que ingressam na graduação de licenciatura em química. Desta forma, permite-se a possibilidade de debates a respeito da instituição e seu papel na construção social dos licenciandos.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Para a coleta das informações adquiridas pelo projeto de pesquisa, foi elaborado um questionário semiestruturado, aplicado presencialmente e on-line para o público alvo, que são os alunos ingressantes da instituição, que foram analisados do período de período de 2018.1 até 2023.1, após aplicação os dados foram tabulados, analisados, discutidos e utilizados para a desenvolver políticas de atendimento aos nossos alunos.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Um dos principais objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, segundo a Lei n° 11.892, é a interiorização do ensino, ou seja, democratizar a educação, disponibilizando a todos ensino de qualidade sem ter a necessidade de se deslocar por longas distâncias. Assim, através da instalação dos campi fora das principais capitais do país, locais já marcados pela maior quantidade de instituições de ensino técnico e superior, busca-se oferecer uma educação de qualidade em áreas estratégicas para formação de mão de obra qualificada que atenda ao mercado local (BRASIL, 2008). Além disso, a mesma normativa institui como obrigatório o destino de ao menos 20% das vagas dos Institutos Federais para a formação docente, com o objetivo de suprir a demanda por profissionais qualificados em tal âmbito (BRASIL, 2008).

Muitas instituições de ensino são reflexos dessa sociedade ainda muito marcada por uma lógica que produz a exclusão de determinados grupos para o favorecimento de outros, desconsiderando os valores igualitários defendidos em diferentes declarações mundiais como, por exemplo, a Declaração dos Direitos Humanos. Estudos ressaltam ainda que muitas vezes as diferenças entre origens sociais, contextos familiares, raça e nível socioeconômico têm grande influência nas análises de conquistas dos estudantes na educação básica, e por conseguinte, em como ocorre o acesso e permanência no ensino superior (ALVES, SOARES,

2013; CASTRO et al., 2013; SOARES et al. 2012; ANDRADE, SOARES, 2008; ALVES et al. 2016).

Assim, apesar de toda política expansionista promovida pelos Institutos Federais nos últimos anos, cabe a reflexão acerca das implicações educacionais, se e como isso vem representando um aumento de oportunidades às classes sociais até então excluídas dos bancos universitários e aos grupos minoritários e como isso se configura nas trajetórias acadêmicas dos alunos (NEVES, 2012).

É dever das instituições de ensino garantir a igualdade não só de acesso, mas também de permanência aos discentes, visto que a vida acadêmica é cheia de atravessamentos, muitos destes diretamente ligados às instituições de ensino superior. Portanto, acompanhar a formação dos alunos ao longo do curso de licenciatura é uma forma de encontrar as possíveis fragilidades bem como os aspectos positivos, a fim de aprimorá-los. O presente projeto de pesquisa se preocupa com essas questões, entendendo que tão importante quanto o ingresso no Ensino Superior é a permanência e, conseqüentemente, a conclusão do mesmo e inserção profissional.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A respeito do perfil dos alunos ingressantes do curso de licenciatura em química do IFRJ – Duque de Caxias, foram analisados um total de 293 alunos, que ingressaram no curso no período de 2018.1 até 2023.1. Observou-se que:

- 52,21% (153 das alunas), são do gênero feminino, onde (79 das alunas), 51,63%, se identificam como negras/pardas;
- 62,11% (182 dos alunos) estão na faixa etária de 18 a 21 anos;
- 66,55% (195 dos alunos) não trabalham e tem os gastos custeados;
- 42,66% (125 dos alunos) exercem alguma atividade remunerada;
- 42,32% (124 dos alunos) ingressaram por cota.

De acordo com (BARRETO, 2014), o antigo discurso que o brasileiro é um povo miscigenado, e uma nação única e diversificada em cultura, opõe-se à realidade repleta por preconceito e racismo, atingindo nitidamente a população negra e por conseguinte a mulher negra. Onde tanto gênero e raça, se tornam marcas que instigam segregação, afetando socialmente cada indivíduo da sociedade brasileira. É importante examinar a trajetória feminina e sua participação nos cursos de nível superior, já que este acesso reflete ao processo de ascensão social e permite a disputa por postos de trabalho antes dominados por homens (Guedes, 2008, p. 121).

A faixa etária dos nossos alunos em sua maioria são jovens entre 18 a 21 anos, onde encontramos que 66,55% dos ingressantes da graduação da instituição não trabalham e tem os seus gastos custeados por responsáveis, possivelmente tendo a idade como um fator relevante para isso. Os dados analisados também apontam que o IFRJ de Duque de Caxias, recebe majoritariamente alunos que residem no mesmo município que o campus e em municípios vizinhos da baixada fluminense, em um total de 59,04%, fazendo notória a importância do processo de democratização da educação por meio de políticas públicas que viabilizem a oportunidade para a sociedade de ter o seu direito garantido ao ensino superior, não necessitando se deslocar grandes distâncias ou recorrer ao ensino particular. Que muitas vezes é um fator limitante para não cursar esta modalidade de ensino. Aqui vale destacar a expansão por meio da interiorização das universidades públicas gera um acréscimo discente no Brasil, desde a política de expansão do governo federal de 2008, que promove a diversificação de perfis e possibilita o acesso de jovens que vivem em zonas rurais bastante afastadas dos centros urbanos ou ainda em outros estados (Kowalski, 2012, pp 60-61).

É importante destacar que a educação tem um importante papel transformador para cada indivíduo na sociedade, demonstrando com a democratização do ensino, auxilia na luta contra a desigualdade. A expansão da educação, possibilita a redução da desigualdade nos níveis educacionais (BRITO, 2017).

Os dados obtidos demonstram que 42,32% dos alunos que ingressaram no campus, foi pelo sistema de cotas, garantida pela lei de cotas nas universidades, lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. E é de conhecimento que o sistema de cotas, como posto é política obrigatória de estado e forma legítima de reduzir “dívida histórica” comprovada em favor do segmento negro, não ofendendo, portanto, a qualquer princípio jurídico interno ou externo. Desse modo, o Estatuto da Igualdade Racial jamais dividiria a sociedade entre “brancos”, de um lado e “negros” e “pardos”, de outro, deixando privilégios a estes últimos, como se apregoa. A sociedade brasileira já está dividida e separada por anacrônica e indubitosa injustiça, exigindo políticas afirmativas constantes cujo objetivo básico é resgatar direitos dos negros após três séculos de regime escravagista. Este fato, não pode caracterizar privilégio dividir sociedade econômica e politicamente já dividida, gerar ódio racial, nem confundir problemas raciais com problemas de pobreza. A pobreza, no Brasil, tem como principal entre suas velhas causas, a “ideologia racial” ou o racismo propriamente dito, notando-se que, apesar da escravidão ter sido abolida há 121 anos, só agora o Estado Brasileiro vem tomando medidas concretas para garantir cidadania plena aos negros (Silva, 2009, p.345).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento desses estudantes demonstra a necessidade de conhecer melhor o público que ingressa a instituição, assim, permitindo pensar em políticas e programas que contribuem na manutenção deles no curso, pois são alunos jovens, de família com renda *per capita* baixa e com dificuldades financeiras para se manterem no curso, logo precisam dos programas tais como assistência estudantil, Iniciação Científica, Pibid e Residência Pedagógica, que geram conhecimento acerca da profissão e ajudam na permanência e êxito.

Nesse sentido, segundo Grada Kilomba (2019), muito da permanência simbólica do estudante depende de como a instituição lida com determinadas questões. Portanto, torna-se imprescindível compreender o perfil dos alunos que estão matriculados nos cursos das instituições federais, com o intuito de observar a parcela da sociedade que além de ingressar na universidade, conseguem permanecer no curso, e também captar as possíveis dificuldades enfrentadas e estratégias de permanência adotadas por estes alunos. E adotar como política para que outros tenham o mesmo êxito.

**Palavras-chave:** Perfil dos Ingressantes, Políticas de permanência e êxito e Formação de Professores.

## AGRADECIMENTOS

Ao IFRJ e ao CNPq pelo apoio financeiro.

## REFERÊNCIAS

ALVES et al. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. In: Revista Brasileira de Sociologia, v.4, n.7, jan./ jun., 2016.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, 2013.

ANDRADE, R. J.; SOARES, J. F. O efeito da escola básica brasileira. In: Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 19, n. 41, p. 379-406, set./ dez., 2008.

BARRETO, A. A MULHER NO ENSINO SUPERIOR DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTATIVIDADE. [s.l: s.n.]. Disponível em: . Acesso em: 15 set 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.

Disponível em:  
<http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/908>. Acesso em:  
06 jun., 2021.

BRITO, MMA Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 163, pág. 224-263, jan./mar. 2017.

CASTRO, M. H. G. et al. Os Jovens e o Gargalo do Ensino Médio Brasileiro. In: *Primeira análise*, São Paulo, n. 5, 2013.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 117-132, jun. 2008.

NEVES, C.E.B. **Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos. São Francisco, Califórnia, 2012.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. (tradução Jess Oliveira. Original de 2008). Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Kowalski, A. V. (2012). Os (des)caminhos da política de Assistência Estudantil e os desafios na garantia de direitos. [Tese de doutorado]. Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

SILVA, Martiniano Jose de. *Racismo a brasileira*. 4ª edição. P. 343 a 359. Editora Anita Garibaldi. 2009.

SOARES, J. F. et al. Exclusão intraescolar nas escolas públicas brasileiras: um estudo com dados da prova Brasil 2005, 2007 e 2009. Brasília: Unesco, 2012. (Série Debates, 4).